

tenário do nascimento do insigne poeta brasileiro João da Cruz e Souza. Outrossim, requeremos se oficie à Comissão de Festejos do "Ano Centenário Cruz e Souza", da Associação Cultural do Negro, dando-se ciência desta deliberação do povo paulista através de seus representantes nesta Casa.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1961

(a) Sólton Borges dos Reis

Justificativa

Transcorre a 24 deste mês o 100.º aniversário de nascimento do grande poeta negro João da Cruz e Souza. Todos aqueles que tenham tido de leve na nossa literatura certamente perceberam a profundidade da poesia do grande escritor patricio.

Sem dúvida alguma é ele, até hoje, uma das mais altas expressões do simbolismo na História da Literatura Brasileira.

Comemorando o aniversário, a Associação Cultural do Negro, através da Comissão de Festejos do "Ano Centenário Cruz e Souza", organizou magnífico programa de festividades.

Portanto, justo nos parece que esta Assembléia também manifeste se, prestando assim uma merecida homenagem à memória do magnífico poeta.

"Quem florestas e mares foi rasgando

E entre raios, pedradas e metralhas

Ficou gemendo, mas sonhando..."

(Cruz e Souza)

REQUERIMENTO 1.421 DE 1961

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, seja consignado na Ata de nossos trabalhos um voto de congratulações com a Rev.ª Madre Tereza de Jesus Eucarístico, fundadora do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, pela comemoração de suas bodas de prata de profissão religiosa.

Justificativa

A moça admirável que encontrou na própria enfermidade a ocasião para se dedicar ao serviço dos doentes pobres e fundou um instituto religioso para que a sua obra de apostolado tomasse dimensões e se alargasse, comemora, hoje, o 25.º aniversário de sua profissão religiosa.

As 320 religiosas que acorreram ao seu chamado, os doentes dos Sanatórios Antoninho Rocha Marmo, de São José dos Campos; Clemente Ferreira, de São Paulo; Sanatório Catanduva, de Catanduva; Sanatórios Populares S-2 e S-3, de Campos do Jordão; Marques Lisboa, de Belo Horizonte, além dos que se abrigam em dezessete outras casas de assistência dirigidas pelas Pequenas Missionárias estão, hoje, rendendo graças a Deus pela conservação de uma vida, inteiramente dedicada ao serviço do próximo. Parece-me justo que a Assembléia se associe a esse júbilo e dê, em nome do Poder Público, um testemunho de reconhecimento pelo muito que o Estado deve a quem, por amor e por vocação, sem outra recompensa, cumpre a generosa missão de levar aos que mais sofrem e aos mais necessitados o amparo que a família e o Estado nem sempre lhes podem propiciar.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1961.

(a) Padre Godinho

REQUERIMENTO N. 1.422, DE 1961

Trágica e brutal ocorrência enlutou a cidade de Mirassol, e por certo, o Estado de São Paulo, ontem, por volta das 20 horas, quando um indivíduo desconhecido, verdadeiro fascinador, assassinou, barbaramente, a tiros de revólver, o ilustre Juiz de Direito da Comarca, Dr. Jaime Garcia Pereira.

A Magistratura Paulista foi atingida de maneira monstruosa.

Eis, aí, srs. deputados, um desastre irreparável e insuportável. É imensa a dor que invade a família do Magistrado assassinado, que deixa esposa e cinco filhinhos de maneira profundamente pesada.

Tenho conhecimento, por informações, de que o Dr. Jaime Garcia Pereira era estimadíssimo em Mirassol e que, o Senhor Prefeito Municipal decretou luto municipal por 3 (três) dias.

Em face da dolorosa ocorrência, deve esta Casa render-lhe, também, sua sentida homenagem. Vamos reverenciar a memória do morto. Vamos apresentar ao Poder Judiciário nosso profundo e sentido pesar pela irreparável perda.

Requeiro, pois a Vossa Excelência, a inserção nos Anais desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Juiz de Direito, Dr. Jaime Garcia Pereira, e que se oficie à Exma. Família enlutada, ao Sr. Prefeito Municipal de Mirassol e ao Chefe do Poder Judiciário de nosso Estado, dando-lhes ciência do procedimento desta Casa.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1961.

(a) Wilson Lapa

REQUERIMENTO N. 1.423, DE 1961

Sr. Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Chefe do Poder Executivo, as seguintes informações:

a) É verdade que na Comissão de Risco de Vida e Saúde existem 13.000 processos tratando de pedidos de gratificações a que tem direito servidores da Secretaria da Saúde?

b) É exato que, para examinar esses 13.000 processos, existem, apenas 5 ou 6 servidores, acarretando demora no andamento desses processos?

c) É exato que existem requerentes desse benefício que aguardam solução de seus pedidos há mais de 2 anos?

d) É verdade que os servidores do Sanatório Colônia-Santa Rita e de outros Hospitais da Divisão do Serviço de Tuberculose não vêm recebendo esse benefício em virtude da demora no despacho de tais processos?

Quando vai o Senhor Chefe do Poder Executivo tomar providências para regularizar essa situação?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1961.

(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N.º 1.424 DE 1961

Requeiro, ouvido o plenário, seja oficiado ao poder executivo, solicitando-se as seguintes informações:

1 — Recebeu o poder executivo, através da Estrada de Ferro Sorocabana memorial de milhares de trabalhadores solicitando modificação no escalonamento das seções dos trens suburbanos daquela ferrovia?

2 — Em caso positivo qual a solução dada ao problema?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1961.

(a) José Felício Castellano

Justificativa

Recebo, há momentos, comissão de trabalhadores, liderada pelo Sr. Antonio Gaban, residente em Osasco e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica de Louça de Pó de Pedra, Porcelana e da Louça de Barro, de São Paulo que fizeram exposição dos motivos que os levaram a solicitar da Estrada de Ferro Sorocabana a volta às seções tal como era feito, no trecho de Osasco. Assim pude constatar que anteriormente havia duas seções, uma na Lapa e outra em Barueri. Depois passaram a primeira seção para Presidente Altino, e a segunda para Ambuíta, ficando Osasco compreendido na segunda seção, sendo, portanto, os seus moradores obrigados a pagar duas seções mesmo os trabalhadores que têm sua sede na Lapa. Assim, pretendem passar Osasco para a primeira seção, já que entre Osasco e Presidente Altino a distância é diminuta. Entendo justo e de direito tal reivindicação, daí solicitar tal informação, apelando para que a mesma seja atendida.

REQUERIMENTO N.º 1.425 DE 1961

Senhor Presidente.

Considerando que:

a) os trabalhos afetos ao Serviço de Avaliação de Imóveis, GR-25, da 2.ª Diretoria do Departamento da Receita, da Secretaria da Fazenda pela sua natureza, exigem prazos restritos na sua execução;

b) os quadros de Avaliadores e Ajudantes de Avaliador, desde 1939, permanecem inalterados e, no entanto, cresceu enormemente o número de guias de transmissão (inter vivos). Em virtude daquela estagnação, esse trabalho tem sido possível graças unicamente ao esforço e à abnegação de um grupo reduzido de servidores, ocupantes de funções ou cargos das mais diversas denominações, todos desempenhando funções de avaliador;

c) tais servidores, ocupantes de cargos diversos, constaram do antigo «Plano de Reclassificação de Cargos e Níveis de Vencimentos» na situação de «Ajudantes de Avaliador». São eles os srs. João Facchini Bergamini, escrit. ref. 34; Ismael Tavares de Oliveira, escr. ref. 31; Annita Nogueira da Cunha, Desenhista ref. 28; Hamleto Blackman, Desenhista ref. 31; Moacyr Marques de Oliveira, Desenhista, ref. 28; Vicente Coelho, Desenhista, ref. 31 e Rubens Mário Mejorado Escobar, escriturário, ref. 22. Posteriormente ao referido Plano de Reclassificação, foram designados novos servidores, todos extranumerários, ref. 22, srs. Edmar Sampaio Lopes Júnior, Isidoro D'Aquino e Lazinho Valentim De Vito;

d) em 1954, de acordo com o decidido nos processos G-9322,54 e GG-2327,54, em que houve o pronunciamento unânime das altas autoridades da Fazenda e do DEA (parecer 504/54), favorável ao reajustamento da situação, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa Mensagem sob n. 332,54, cujo projeto, entretanto, aprovado, foi vetado;

e) em 1960, foram transformados três cargos de agrimensor em cargos de Ajudante de Avaliador, fazendo-se justiça apenas aos ocupantes daqueles cargos e protegendo-se igual solução para outros dez servidores, lotados na mesma Seção de Plantas e Levantamentos (R-252) e desempenhando a mesma função de Ajudante de Avaliador;

f) é tempo de se fazer justiça aos citados servidores que, inexplicavelmente, vêm sendo mantidos em situação de inferioridade, com prejuízo não somente para eles, mas para o próprio serviço público, que os constrange e os desestimula.

Requeremos sejam solicitadas ao senhor Chefe do Poder Executivo Prof. Carvalho Pinto, informações sobre as providências em andamento para a correção da injustiça que, durante anos, vem sendo imposta aos servidores da Secretaria da Fazenda, com exercício na R-252, que desempenham funções de Ajudante de Avaliador, ocupando cargos ou funções de menor remuneração, sugerindo-se o reexame do processo G-9322,54 (GG-2327,54), em que se determinaram providências para aquele fim.

Sala das sessões, em 21 de Novembro de 1961.

(a) Angelo Zanini

REQUERIMENTO N.º 1.426 DE 1961

Senhor Presidente.

Requeremos, nos termos regimentais, seja solicitada ao Poder Executivo, através da Secretaria da Viação, a seguinte informação:

A rua dos Guajuviras, encontra-se com seu calçamento inteiramente danificado por obras do Departamento de Águas e Esgotos, sem que, até hoje, fossem tomadas as providências para regularizar a situação naquela via pública.

Quais as diligências já determinadas nesse sentido?

Sala das Sessões, em 21-11-1961.

(a) Mário Telles

REQUERIMENTO N. 1.427, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, a inserção na Ata dos nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar, por motivo do falecimento, ocorrido em São Paulo, do ilustre Vereador Egildo Paschoalucci, dando ciência à Câmara Municipal de Pereiras e à Família enlutada.

Justificativa

Justifica-se plenamente o voto de pesar, que requeiro pelo falecimento do ilustre Vereador Egildo Paschoalucci, ocorrido na noite de ontem em nossa Capital, pois o extinto foi um grande batalhador na causa do desenvolvimento do Município de Pereiras.

Pessoa dotada de personalidade marcante, com sua bondade deixou profundas impressões a todos que dele se acercavam, tanto a seus familiares como aqueles que tiveram a ventura de conhecê-lo.

Era o ilustre extinto um amigo dedicado e sincero de pereirenses e muito colaborou para o progresso e engrandecimento daquela região, merecendo desta douta Assembléia Legislativa esta justa homenagem.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1961

a) José Santilli Sebrinho

REQUERIMENTO N. 1.428, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, seja inserido nos Anais um voto de congratulações com o Sr. Francisco Vitorio Paschoal, Chefe de Relações Públicas da Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue (COLSAN), pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo, no sentido de proporcionar aquela entidade os doadores necessários para o fornecimento de sangue essencial à vida dos doentes internados em nossos hospitais.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1961

a) Pinheiro Júnior

Justificativa

O Sr. Francisco Vitorio Paschoal, que há tempos vem desempenhando eficientemente as funções de Assistente da Chefia de Relações Públicas do Hospital das Clínicas, foi convidado pelo ilustre Dr. Othon Barcelos Presidente da Colsan, a fim de colaborar com os seus esforços no sentido de reunir os milhares de doadores de sangue necessários ao abastecimento dos hospitais de São Paulo.

Está de parabéns, pois, a Colsan, por possuir elemento tão abnegado e realizador.

REQUERIMENTO N. 1.429, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado em ata dos nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento de D. Idalina Bueno de Assis, ocorrido ontem, em Bragança Paulista, dando-se ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, Doutor Alcindo Bueno de Assis, residente à Rua Duartina, 184, nesta Capital.

Justificativa

Era a ilustre falecida, mãe do Doutor Alcindo Bueno de Assis, digno Ministro do Tribunal de Contas do nosso Estado, ex-deputado a esta Assembléia Legislativa, pertencente à Bancada do meu Partido.

Peças suas boas qualidades, de mãe extremada, esposa dedicada e de espírito humanitário, sofreu a sociedade paulista e bragantina uma perda lastimável, pois seu vulto grandioso deixou marcas profundas em todos os corações das pessoas que tiveram a ventura de com ela conviver, ou simplesmente de conhecê-la.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1961

a) Francisco Franco

REQUERIMENTO N. 1.430, DE 1961

Considerando que há meses começaram a trabalhar no Instituto de Previdência do Estado cerca de 35 servidores da Remington Rand do Brasil S.A. a fim de implantarem naquela autarquia um tipo de serviço mecanizado;

Considerando que, desde 1.º de julho de 1961, cessado o contrato com aquela firma particular, passaram a perceber pelo IPESP;

Considerando que, após oito meses de trabalho na autarquia, decidiu o IPESP promover uma seleção interna, marcada para o dia 12 de novembro último;

Considerando que tais servidores receberam de superiores a declaração de que estavam automaticamente inscritos em tal prova de seleção;

Considerando, entretanto, que a lista de inscrição só incluiu quatro dentre eles, tendo ali figurado cerca de 176 outros, estranhos à autarquia;

Considerando que tal fato ensejou a interpretação de que estes candidatos estranhos foram indicados ao sabor de injunções políticas, com evidente prejuízo para aqueles que já trabalhavam na autarquia e que tinham interesse de participar da prova;

Requeiro à Douta Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

1. Como se explica que, para o preenchimento de 53 vagas de escriturário, o IPESP tenha realizado, a 12 de novembro p.p., um chamado "curso interno", não tendo incluído na lista de inscrição servidores que já prestavam serviços à autarquia e incluído outros estranhos ao quadro? Onde vieram tais candidatos, se o concurso não foi público?

2. Como se explica que o IPESP, para o preenchimento de tais vagas, não tenha aberto concurso público? Não é este o meio mais idôneo de que dispõe a administração para selecionar seus servidores?

3. Qual a situação atual dos antigos funcionários da Remington Rand do Brasil S.A. que já prestavam serviços ao IPESP há oito meses? Se recebem pelo IPESP, por que a autarquia nega-se a atestar sua qualidade de servidores? Sem contrato com a autarquia e sem título de admissão, qual a sua situação jurídica? Qual a garantia que lhes oferece a autarquia?

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1961.

(a) Hilário Torloni

MOÇÃO

MOÇÃO N. 130, DE 1961

Os servidores postais e telegráficos são em todo lugar, os que merecem atenção mais acurada por parte das autoridades administrativas, pela sua relevante importância para as atividades industriais, comerciais, agrícolas, entre outras, sociais em geral.

As agências dos correios e telégrafos do interior do nosso Estado têm dado motivos a constantes reclamações, principalmente no que diz respeito, como atualmente acontece, a falta absoluta de selos de dez centavos. Reclama o comércio, como também a indústria, a agricultura e toda a gente do interior. Agora, chegou a vez da imprensa interiorana apresentar a sua reclamação. Para a remessa aos seus assinantes as empresas jornalísticas selam os jornais com dez centavos. Como não são encontrados selos dessa importância, a selagem se processa com selos de dois cruzeiros e cinquenta centavos, causando, como se conclui, prejuízos aos proprietários de jornais do interior, principalmente da cidade de Brotas.

Em face do exposto formulamos apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas no sentido de determinar ao Sr. Diretor dos Correios e Telégrafos os estudos necessários a fim de que sejam abastecidas as agências do